

PUBLICIDADE LEGAL

**Crédito Real
Imóveis e Condomínios S.A.**
CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023.
Porto Alegre, 25 de março de 2024.
Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A.
CNPJ 89.772.065/0001-69 – NIRE 43 3 0001921 7
AVISO AOS ACIONISTAS
A Metalúrgica Hassmann S.A. ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis, na sua sede social, situada na cidade de Imigrante-RS, à Av. Ito João Snell, nº 178, Centro - CEP 95.885-000, os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, referidos no artigo 133, da Lei 6.404/76. Imigrante/RS, 25 de março de 2024. Carlos Hassmann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da **COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 25 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
- Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023 e a distribuição de dividendos;
- Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;
- Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração;
- Deliberar sobre o enquadramento dos Srs. Paulo Isehard e Roberto Faldini, indicados como membros independentes para o Conselho de Administração da Companhia, aos critérios de independência da Resolução CVM nº 80; e
- Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas estatutárias (reserva para investimentos) no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sem emissão de novas ações;
- Alterar o Artigo 6º do Estatuto Social a fim de refletir o aumento de capital proposto; e
- Consolidar o Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das matérias da ordem do dia, conforme aplicável.

Informamos, em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022, que é facultado aos acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE, na forma do Art. 141, § 1º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Instruções Gerais:

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser pessoal, ou por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 25 de março de 2024 ("Proposta da Administração").

(i) via **boletim de voto a distância** ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 25 de março de 2023;

(ii) **Pessoal**: Caso o acionista opte por participar pessoalmente da AGOE, este deverá comparecer à AGOE munido de documento que comprove a sua identidade (cédula de identidade e CPF); e

(iii) **Por Procurador/Representante Legal**: A Companhia requer que os acionistas que têm a intenção de se fazer representar na AGOE por meio de procurador/representante legal devidamente constituído, depositem o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação na sede da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data designada para a AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico n@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 25 de março de 2024.

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SLC Agrícola **SLC AGRÍCOLA S.A.** 

Companhia Aberta
CNPJ/ME: 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração; e 3. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Reratificar o item "c" das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária de 2008, na qual constou a destinação de R\$5.628.170,87 (cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil, cento e setenta reais e oitenta e sete centavos) para a Reserva de Retenção de Lucros, quando deveria ter sido destinado para Reserva de Expansão. 2. Reratificar as Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 3. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 4. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º Estatuto Social da Companhia. 5. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2024 (inclusive)**, mediante acesso ao link: <https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CixW0jdNQS4JAgUx1hBxTh6QcTACL50f uGnBrZ87NEFWQkxNSTIKpJCLQsB20>. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.rislcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). A Companhia solicita, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, a seguinte documentação: - Comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da AG; - Instrumento de mandato; - Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarialização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com.br/seguritiesservices/assembleiadigital/>. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 22 de abril de 2024. Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.slcagricola.com.br/ri). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.rislcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). Porto Alegre, 26 de março de 2024. Eduardo Silva Logemann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br


☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. - CNPJ nº 93.138.204/0001-74 - NIRE 43300030482 - **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11:00 horas do dia 30/04/2024, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** **1)** Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **2)** Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **3)** Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes serão publicados conforme previsto no art. 133, § 3º, da Lei nº 6.404/76. Estância Velha, RS, 25/03/2024. A Diretoria 

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Três Tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, às **10h00**, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social, situada na Avenida Principal, n.º 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) No contexto da incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. ("FWA 158" e "Incorporação", respectivamente), aprovar: (a) ratificação da nomeação da Alliansa Auditores Associados S/S, como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação da na data-base de em 15 de março de 2024 ("Laudo de Avaliação"); (b) o "Protocolo e Justificação de Incorporação da FWA 158 Geração de Bioenergia S.A. pela Três Tentos Agroindustrial S.A." ("Protocolo e Justificação"); (c) o Laudo de Avaliação; e (d) a Incorporação da FWA 158 pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; (ii) Aprovar a complementação do objeto social da Companhia, para incluir atividades complementares, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovar a alteração dos incisos "xv", "xvi" e "xx" do artigo 19º do Estatuto Social da Companhia, para ajustar limites de alçadas do Conselho de Administração; e (iv) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas nos itens "ii" e "iii" acima. **Instruções Gerais:** (a) **Representação:** Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia **23 de abril de 2024**, comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante (o qual deverá estar datado de até 5 (cinco) dias anteriores à data da entrega do documento para a Companhia, bem como os seguintes documentos: (i) **Pessoa Física:** documento de identidade com foto (i.e., RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida) e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) **Pessoa Jurídica:** (a) cópia do estatuto social ou contrato social vigente; (b) documentos comprobatórios da regularidade da representação (i.e., ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (c) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto (i.e., RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); e (iii) **Fundo de Investimento:** (a) cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social vigente do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração); e (b) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto (i.e., RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: <https://assembleia.ten.com.br/063287506/auth>, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro (desde que redigidos na língua inglesa ou espanhola), bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. Para evitar dúvidas, a Companhia esclarece que documentos redigidos em outras línguas que não a inglesa ou espanhola deverão ser encaminhados acompanhados de tradução juramentada, não sendo necessária a notariação e consularização ou apostilamento, conforme aplicável. (b) **Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: (i) **Boletim de voto a distância ("BVD"):** os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia 18 de abril de 2024 (inclusive), manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD; (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. (ii) **Digitalmente:** os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação a distância na AGOE, até o dia **23 de abril de 2024**, com acesso pelo link <https://assembleia.ten.com.br/063287506/auth>. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação para participação digital, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que, caso não seja manifestado interesse pelo Acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) em participar da AGOE até o dia **23 de abril de 2024** ou caso não sejam atendidas as solicitações de complementação documental e/ou esclarecimentos adicionais referidas no parágrafo anterior de forma a atestar a regularidade de representação do Acionista, **não será permitida a participação do Acionista na AGOE.** (c) **Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, <https://ri.3tentos.com.br/>, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), <https://www.gov.br/cvm/pt-br> e da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, <https://www.b3.com.br/pt-br>. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. (d) **Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 26 de março de 2024
João Marcelo Dumoncel
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
 ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
 ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
 📞 (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2024, ÀS 14 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 14 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023;
- II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- III) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2024;
- IV) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2024, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e
- V) Caso aprovada a matéria do item "IV" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I) Eleger, nos termos do artigo 150, caput, da Lei das Sociedades por Ações, 1 (um) novo membro para o Conselho de Administração, até o término do mandato em curso;
- II) Conduzir, nos termos do artigo 10, caput, do estatuto social da Companhia, o Sr. Paulo Isehard, eleito como membro independente do Conselho de Administração da Companhia em 24 de abril de 2023, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia até o término do mandato em curso;
- III) Alterar o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do cancelamento de ações em tesouraria, aprovado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 05 de fevereiro de 2024; e
- IV) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a alteração do Artigo 5º, objeto da deliberação descrita no item "III" acima.

Instruções Gerais:

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

- (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 26 de março de 2024 ("Proposta da Administração"); ou
- (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverão acessar o site da Companhia, no endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/0075566261>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 24 de abril de 2024. Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro para participação no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 26 de março de 2024.
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

RECRUSUL S/A - Companhia Aberta - CNPJ n. 91.333.666/0001-17 - NIRE 43.300.005.003
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Luiz Pasteur nº 1020, em Sapucaia do Sul, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, **(2)** eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e **(3)** fixar o montante da remuneração dos administradores. **Em regime extraordinário (1)** deliberar o Grupamento de Ações conforme Ofício 124/2024 – SLS B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão.

INFORMAÇÕES GERAIS:

A) Participação Presencial: Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; **B)** Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). **C)** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), todos os documentos exigidos por lei e pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **D) Boletim de Voto à Distância:** a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S/A), o Boletim de Voto à Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto à Distância. Sapucaia do Sul, RS, 25 de março de 2024.

BERNARDO FLORES - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Agrofel Agro Comercial S.A. CNPJ 03.415.222/0001-63 - NIRE 43300063984				Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)					
Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)				Controladora Consolidado					
Ativo	2023	2022	2023	2022	Passivo	2023	2022		
Total do ativo	1.700.513	2.011.250	1.810.939	2.079.049	Total do passivo não circ.	139.086	129.058	141.941	172.822
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora)				Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)					
Reservas de Lucros				Reservas de Lucros					
Saldo em 01 de janeiro de 2022				Saldo em 01 de janeiro de 2022					
Aumento de capital social				Aumento de capital social					
Destinação dos resultados				Destinação dos resultados					
Reserva legal				Reserva legal					
Distribuição de dividendos e lucros acumulados				Distribuição de dividendos e lucros acumulados					
Constituição de reserva de lucros				Constituição de reserva de lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2022				Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Lucro líquido do exercício				Lucro líquido do exercício					
Destinação dos resultados				Destinação dos resultados					
Reserva legal				Reserva legal					
Dividendos mínimos obrigatórios				Dividendos mínimos obrigatórios					
Dividendos adicionais propostos				Dividendos adicionais propostos					
Constituição de reserva de lucros				Constituição de reserva de lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2023				Saldo em 31 de dezembro de 2023					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					
2.011.250				1.810.939					
2.079.049				2.079.049					
1.700.513				2.011.250					

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231 – Carlos Barbosa – RS.

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina nº 1.024, Triângulo, Carlos Barbosa, RS, CEP 95180-000, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Carlos Barbosa, RS, em 26 de março de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
 CNPJ/MF nº 01.582.075/0001-90
 NIRE nº 43300058310

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2023**
 (Lavrada sob a forma de sumário, na forma do § 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/1976)

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 21 de dezembro de 2023, às 10h45min, na sede social da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Siqueira Campos, nº 1.163, 6º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90010-001.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença da acionista única da Companhia.

3. PRESENCIA: Presente a acionista única da Companhia representando o total do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Compareceu, ainda, Gustavo de Brito Pinto Leite, convidado a secretariar os trabalhos.

4. MESA DE TRABALHO: Presidente: César Luiz Salazar Saut; Secretário: Gustavo de Brito Pinto Leite.

5. ORDEM DO DIA: (1) Deliberar sobre a eleição de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; e (2) Ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES: A acionista única, sem reservas:

6.1 Deliberou a eleição do Sr. **EDSON GEORGES NASSAR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular da carteira de identidade nº 9.041.013-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.581.988-55, residente e domiciliado na Rua Forte William, nº 100, apartamento 212-A, Jardim Fonte do Morumbi, São Paulo/SP, CEP: 05704-110, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025. A investidura do Sr. **EDSON GEORGES NASSAR** no referido cargo se dará mediante assinatura do respectivo termo de posse em até 30 (trinta) dias, a contar da presente data, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei nº 6.404/1976.

6.2 Ratificou a composição do Conselho de Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., conforme abaixo:

Membros	Cargos/Funções
Fernando Guerreiro de Lemos	Presidente do Conselho de Administração
Luciano Soares	Membro Titular do Conselho de Administração
Ademar Schardong	Membro Titular do Conselho de Administração
Artur José de Lemos Júnior	Membro Titular do Conselho de Administração
Luis Carlos Caio Tomazeli	Membro Titular do Conselho de Administração
Edson Georges Nassar	Membro Titular do Conselho de Administração

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/1976, que, após lida, foi aprovada e assinada pelos representantes da acionista única e pelo secretário. Porto Alegre, 13 de novembro de 2023. Assinaturas: (ass.) César Luiz Salazar Saut – Presidente; (ass.) Gustavo de Brito Pinto Leite – Secretário; e (ass.) Banrisul Icatu Participações S/A – Acionista Única.

Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.
 Porto Alegre, 21 de dezembro de 2023.
 Gustavo de Brito Pinto Leite - Secretário

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 10292466 em 21/03/2024 da Empresa RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDENCIA S.A., CNPJ 01582075000190 e protocolo 240913230 - 15/03/2024. Autenticação: 1DF54EE91AAA1CE6AE6DEA857C2510335955A8. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/091.323-0 e o código de segurança 693s Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

**BAIXE O
APP JC**

DISPONÍVEL NO **Google play** DISPONÍVEL NA **App Store**

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2023 da Taurus Armas S.A. - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Receita operacional líquida	2.540.021	—	2.540.021	—
Costos dos produtos vendidos	(1.379.597)	—	(1.379.597)	—
Lucro bruto	1.160.424	—	1.160.424	—
(Despesas) receitas operacionais	(252.716)	(410)	(252.717)	(202,33)
Despesas de vendas	(201.921)	(110)	(202,33)	(110)
Despesas administrativas e gerais	(3.800)	—	(3.800)	—
Resultado de equivalência patrimonial	(2.804)	5	(2.809)	5
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	52.540	616	52,540	616
Outras receitas operacionais, líquidas	8.687	1.212	8,687	1.212
Outras despesas operacionais, líquidas	(399.574)	(1.001)	(400,575)	(1,001)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	760.850	(1.001)	759,849	(1,001)
Receitas financeiras	383.378	138	383,516	138
Despesas financeiras	(388.110)	(50)	(388,160)	(50)
Imposto de renda líquido	(4.732)	83	(4,732)	83
Resultado operacional antes dos impostos	756.118	(913)	755,205	(913)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(171.864)	(1.628)	(173,692)	(1,628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.477)	(52)	(61,529)	(52)
Resultado do exercício das operações continuadas	522.777	(2.793)	519,984	(2,793)
Resultado de operações descontinuadas	(2.793)	2.793	—	—
Resultado do exercício	519.984	—	519,984	—

5.3 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetam os resultados da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia e suas controladas cumprem com obrigações financeiras para gerenciar os riscos de mercado. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. (i) **Risco de moeda (câmbio):** A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das operações em moeda funcional das entidades da Companhia. Análises de sensibilidade de câmbio: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. Abaixo demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos itens monetários registrados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023. Essa análise considera uma variação de 25% e 50% nas projeções de cotação futura das moedas nos vencimentos dos instrumentos, conforme divulgado pelo boletim Focus do Banco Central. Essas variações representam a avaliação da administração sobre a mudança razoavelmente possível na taxa de câmbio projetada.

	Consolidado	Controladora
	31/12/2023	31/12/2023
Produto acabado	66.812	630.390
Matéria-prima	251.575	336.748
Produtos em elaboração	1.319	10.307
Adiantamentos para estoque	12.296	26.135
Provisão para perda de estoques	(10.208)	(15.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	66.812	630.390

Movimentação da provisão para perda de estoque
Saldo em 31 de dezembro de 2022: (15.370)
Reversão: 2.935
Reversão: 2.768
Variação cambial: 573
Saldo em 31 de dezembro de 2023: (10.208)

	Consolidado	Controladora
	31/12/2023	31/12/2023
ICMS	29.341	90.975
IPI	1.242	4.856
PI	9.007	813
IOF/INS	9.211	2.849
Imposto de renda e contribuição social	29.711	17.402
Outros	1.209	320
Total	79.849	52.215

11. Tributos a recuperar:
Adiantamentos a fornecedores: 6.681
Adiantamentos a funcionários: 5.222
Adiantamentos para licitações do exterior: 67.344
Múltiplos financeiros entre partes relacionadas: 19.289
Créditos a receber Eletrobrás: 9.015
Créditos a receber: 1.443
Total: 102.057
Circulante: 18.154
Não circulante: 83.903

12. Outros ativos:
Adiantamentos a fornecedores: 1.990
Adiantamentos a funcionários: 6.681
Adiantamentos para licitações do exterior: 5.222
Múltiplos financeiros entre partes relacionadas: 19.289
Créditos a receber Eletrobrás: 9.015
Créditos a receber: 1.443
Total: 102.057
Circulante: 18.154
Não circulante: 83.903

13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:
Imposto de renda e contribuição social: 27.276
Imposto de renda e contribuição social diferido: 1.402
Total: 28.678
Circulante: 18.154
Não circulante: 10.524

14. Ativos mantidos para venda:
Diferenças temporárias: 252
Outras provisões: 682
Provisão para créditos: 7.580
Provisão para garantia: 1.468
Outras provisões: 5.114
Total: 14.702

15. Investimentos:
Taurus Armas S.A.: 1.456
Taurus Armas S.A. - Brasil: 1.456
Taurus Armas S.A. - Exterior: 1.456
Total: 4.368

16. Ativos mantidos para venda:
Diferenças temporárias: 252
Outras provisões: 682
Provisão para créditos: 7.580
Provisão para garantia: 1.468
Outras provisões: 5.114
Total: 14.702

17. Passivos financeiros não derivativos:
Fornecedores: 120.882
Empréstimos e financiamentos: 122.173
Adiantamentos de câmbio: 406.804
Total: 650.859

18. Passivos financeiros não derivativos:
Fornecedores: 63.889
Empréstimos e financiamentos: 65.122
Adiantamentos de câmbio: 406.804
Total: 635.815

19. Informações geográficas:
Brasil: 1.456
Exterior: 1.456
Total: 2.912

20. Mercado interno:
Região Sudeste: 146.529
Região Sul: 12.227
Região Nordeste: 10.088
Região Centro-Oeste: 3.692
Região Norte: 7.472

21. Mercado externo:
Estados Unidos: 1.386.773
Alemanha: 1.736
Arábia Saudita: 2.263
Argentina: 976
Brasil: 582
Bulgária: 637
China Faso: 1.871
Chile: 2.336
Cingapura: 567
Costa Rica: 650
Ecuador: 907
Espanha: 39
Equador: 7.164
Filipinas: 3.521
França: 4.295
Gana: 17
Guatemala: 13.541
Guiana: 1.435
Honduras: 9.330
Índia: 1.077
Indonésia: 208
Itália: 208
Jordânia: 506
Japo: 1.103
Libano: 1.103
Macedônia do Norte: 257
Média Ocidente: 493
México: 2.099
Moçambique: 444
Namíbia: 467
Nigéria: 381
Panamá: 676
Paquistão: 2.489
Peru: 1.871
Polónia: 1.252
República Dominicana: —
República Tcheca: 1.005
Sérvia: —
Síria: —
Sri Lanka: 2.051
Tailândia: 1.871
Turquia: 7
Ucrânia: —
Zâmbia: 377
Outros países: 5.659

22. Total Receita Líquida:
Brasil: 1.456
Exterior: 1.456
Total: 2.912

23. Informações geográficas:
Brasil: 1.456
Exterior: 1.456
Total: 2.912

24. Mercado interno:
Região Sudeste: 146.529
Região Sul: 12.227
Região Nordeste: 10.088
Região Centro-Oeste: 3.692
Região Norte: 7.472

25. Mercado externo:
Estados Unidos: 1.386.773
Alemanha: 1.736
Arábia Saudita: 2.263
Argentina: 976
Brasil: 582
Bulgária: 637
China Faso: 1.871
Chile: 2.336
Cingapura: 567
Costa Rica: 650
Ecuador: 907
Espanha: 39
Equador: 7.164
Filipinas: 3.521
França: 4.295
Gana: 17
Guatemala: 13.541
Guiana: 1.435
Honduras: 9.330
Índia: 1.077
Indonésia: 208
Itália: 208
Jordânia: 506
Japo: 1.103
Libano: 1.103
Macedônia do Norte: 257
Média Ocidente: 493
México: 2.099
Moçambique: 444
Namíbia: 467
Nigéria: 381
Panamá: 676
Paquistão: 2.489
Peru: 1.871
Polónia: 1.252
República Dominicana: —
República Tcheca: 1.005
Sérvia: —
Síria: —
Sri Lanka: 2.051
Tailândia: 1.871
Turquia: 7
Ucrânia: —
Zâmbia: 377
Outros países: 5.659

26. Total Receita Líquida:
Brasil: 1.456
Exterior: 1.456
Total: 2.912

27. Informações geográficas:
Brasil: 1.456
Exterior: 1.456
Total: 2.912

SETAPAR S/A

CNPJ 93.138.204.0001-74 • NIRE 43300030482

Relatório da Administração: Senhores Acionistas. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. Contexto operacional e desempenho: A SETAPAR S.A. é uma holding de capital fechado que atua no mercado por meio de suas empresas controladas em diferentes segmentos entregando soluções naturais oriundas de diversas espécies vegetais. A unidade localizada em Rio Grande atua na produção e comercialização de cavacos de madeira para atender a produção de celulose e energia no mercado global. A unidade de Estância Velha, por sua vez, produz e comercializa a já tradicional linha de taninos vegetais, naturais e modificados, bem como taninos sintéticos e especialidades químicas, todos voltados para atender o mercado mundial de curtimento e recurtimento, além de outros produtos naturais que tem o tanino como base, voltados para os mercados de nutrição animal, tratamento de águas e efluentes, adesivos, bebidas, entre outros. O ano de 2023 foi desafiador por apresentar um cenário de aumento significativo nos custos da matéria prima, além de uma redução na demanda por cavacos, o que impactou de forma negativa o resultado da companhia no período. Aliada a questão do aumento de custos e redução na demanda, a economia mundial e o cenário político interno continuaram impactando os processos da companhia, diante dos efeitos de novas exigências legais e tributárias. A demanda por novatas certificações para atender o mercado internacional, também contribuiu para o aumento dos custos internos. A Seta se destaca pelos esforços na pesquisa e desenvolvimento de novos usos e aplicações para o tanino, buscando atender cada vez melhor os atuais mercados, assim como conquistar novos nichos. Outro ponto relevante é o investimento no fomento da acacitularia, por meio do fornecimento de mudas e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de Prefeituras, oferecendo know how e assistência técnica, com o objetivo de aumentar a oferta de casca e madeira para os próximos anos. Em relação aos processos e às operações internas, a administração segue priorizando a segurança e a vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno, mas sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. Agradecimento: Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio. Aos nossos mais de 270 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 20 de março de 2024. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Table with 5 main sections: Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em reais), Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais), Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais), Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais), and Notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais).

Table with 10 columns: Eventos, Capital social, Legal, Lucros a realizar, Investim. A e capital de giro, Reserva de lucros, Particip. dos não controladores, Patrimônio líquido consolidado, and Saldo em 31 de dezembro de 2023.

1. Informações sobre a Companhia: A Seta S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Primeiro de Maio, 1109, Bairro das Rosas em Estância Velha - RS, fundada em 19/10/1989, tem como atividade preponderante a participação no capital de outras sociedades. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira; b) Caixa e equivalentes de caixa; c) Clientes; d) Estoques; e) Imobilizado; f) Ativo Biológico; g) Reconhecimento da receita; h) Tributárias: Impostos sobre vendas.

Table with 5 columns: Razão social, Participação Direta, Participação Indireta, and Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Continua

Continuação		Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)	
A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:			
Créditos de liquidação duvidosa - Consolidado			
Saldo em 31/12/2022.....	803.069		
Baixa de provisão.....	(224)		
Complemento de provisão.....	10.980		
Saldo em 31/12/2023.....	813.825		
7. Impostos a recuperar:			
	Controladora	Consolidado	
	2023	2022	2023
Imposto de renda.....	-	635	1.214.832
Contribuição social.....	-	-	451.270
ICMS.....	-	-	1.194.972
ICMS sobre ativo imobilizado.....	-	-	1.541.594
IPI.....	-	-	41.508
PIS/COFINS.....	-	-	3.046.549
Outros impostos.....	-	-	569.423
Total.....	-	635	8.060.148
Ativo circulante.....	-	635	7.296.518
Ativo não circulante.....	-	-	763.630
Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. Em dezembro de 2022 foi deferido pela Receita Federal do Brasil o pedido de Habilitação do crédito de PIS e COFINS da controlada Seta S/A, referente a exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais de venda, no valor total de 2.272.665, sendo o principal R\$ 1.762.726 e a atualização monetária da Selic de R\$ 509.939. Os saldos de IRPJ e CSLL correspondem a antecipações destes tributos superiores ao valor devido apurado ao final do exercício.			
10. Imobilizado: 10.1. Composição Consolidado			
	2023	2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Imóveis e obras civis.....	39.515.508	(14.757.605)	24.757.903
Equip. e instalações industriais.....	85.627.504	(50.782.603)	34.844.901
Equip. e instalações de escritório.....	1.845.470	(1.296.713)	548.757
Equip. processamento de dados.....	2.591.712	(1.374.204)	1.217.508
Veículos.....	8.069.730	(4.023.862)	4.065.868
Imobilizações em andamento.....	1.111.328	-	1.111.328
Total.....	138.781.252	(72.234.987)	66.546.265
10.2. Movimentação do imobilizado			
	2022	2023	
	31/12/2021	Adições	Baixas
Imóveis e obras civis.....	24.762.413	239.545	(2.518.306)
Equip. e inst. industriais.....	32.420.808	4.013.290	(35.161)
Equip. e inst. de escritório.....	621.635	101.342	-
Equip. process. de dados.....	820.394	459.215	(2.470)
Veículos.....	2.839.463	1.406.517	-
Imobilizações em andamento.....	3.736.562	2.796.446	(6.200.161)
Total.....	65.201.275	9.016.355	(2.555.937)
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis. O imobilizado em andamento refere-se à aquisição de imóveis e benfeitorias no valor de R\$ 674.973 e equipamentos e instalações industriais no valor de R\$ 436.354, com expectativa de término para março de 2024. Em 2023 a controlada Seta S/A transferiu de imobilizado em andamento para máquinas e instalações industriais o valor de R\$ 161.808 referente a melhorias no seu parque fabril de Estância Velha. A controlada Mita Ltda transferiu de imobilizado em andamento em 2023 para imóveis e obras civis o valor de R\$ 832.486 e para equipamentos e instalações industriais o valor de R\$ 212.899 referente a melhorias no seu parque fabril de Rio Grande. Totalizando a capitalização de R\$ 1.207.193 de imobilizado em andamento. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear: Imóveis e obras civis..... 4% ao ano Equipamentos e instalações industriais..... 10% ao ano Equipamentos e instalações de escritório..... 10% ao ano Veículos..... 20% ao ano			
11. Ativo Biológico:			
	2022	2023	
	31/12/2021	Adições	Baixas
Florestas.....	6.898.559	2.347.248	(1.139.400)
Arrendamento rural.....	-	236.538	-
Total.....	6.898.559	2.583.786	(1.139.400)
12. Intangível: 12.1. Composição Consolidado			
	2023	2022	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido
Marcas e Patentes.....	63.179	-	63.179
Sist. de informática.....	2.307.957	(2.057.836)	250.121
Arrend. de Terras.....	-	-	15.819
Total.....	2.371.136	(2.057.836)	313.300
12.2. Movimentação do intangível Consolidado			
	2022	2023	
	31/12/2021	Adições	Baixas
Marcas e Patentes.....	63.179	-	-
Sist. de Informática.....	126.078	243.270	(62.924)
Arrend. de Terras.....	15.819	(15.819)	-
Total.....	205.076	243.270	(15.819)
A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.			
13. Fornecedores:			
	2023	2022	
Composição dos Saldos:			
Fornecedores nacionais.....	3.281.119	6.322.910	
Fornecedores internacionais.....	565.107	679.342	
Total.....	3.846.226	7.002.252	
Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os saldos referentes a fornecedores do exterior estão valorizados e ajustados às taxas cambiais do dia do fechamento do balanço.			
14. Empréstimos e financiamentos:			
	2023	2022	
	Encargos	Vencimento	
Pré-Pagamento de Exportação.....	7,35% a.a	19/07/2024	20.002.396
Circulante.....	-	-	20.002.396
Não circulante.....	-	-	-
Os empréstimos e financiamentos contratados a uma taxa de juros de 7,35% a.a., acrescidos da variação cambial do dólar americano e com vencimento em 19 de julho de 2024.			
15. Obrigações tributárias:			
	Controladora	Consolidado	
	2023	2022	2023
Imposto de renda.....	-	-	1.765.690
Contribuição social.....	-	-	18.036
ICMS.....	-	-	4.933
IPI.....	-	-	6
ISSQN.....	-	-	19.727
IRRF.....	-	-	738.180
PIS/COFINS.....	16	-	14.222
PIS/COFINS/CSLL retido.....	-	-	21.050
IOf.....	-	-	59.851
INSS.....	497	488	878.382
FGTS.....	-	-	193.408
Total.....	513	488	1.949.930
16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Consolidado - Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:			
	2022	Adições/baixas	2023
Cíveis.....	6.162.565	3.154.951	9.317.516
Trabalhistas.....	981.848	(196.924)	784.924
Total.....	7.144.413	2.958.027	10.102.440
O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino da controlada Seta S/A. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária			
O parecer do Conselho Fiscal se encontra à disposição dos acionistas na sede social, em conformidade com o art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/76			

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
<p>Aos Acionistas e Diretores da Setapar S.A. - Estância Velha - RS</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Setapar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é respon-</p>			
<p>sável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo 			
<p>de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Porto Alegre, 20 de março de 2024.</p>			
<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Diretora Contadora CRC RS-069287/O-5</p>			

AGROSETA S.A.

CNPJ Nº. 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. Desempenho econômico-financeiro: A empresa está voltada à aplicação e otimização de seus recursos financeiros. Agradecimento: Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 20 de março de 2024. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais) - Table with columns: Ativo, Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Impostos a recuperar, Não circulante, Depósitos judiciais, Partes relacionadas, Impostos diferidos, Imobilizado, Total do ativo.

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais) - Table with columns: Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, Despesas gerais e administrativas, Outros resultados operacionais, (Prejuízo)/lucro antes do resultado financeiro, Resultado financeiro, Resultado antes das provisões, I. R. e contribuição social, I. R. e contribuição social diferidos, Lucro líquido do exercício, Lucro líquido por ação.

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais) - Table with columns: Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, Lucro líquido do exercício, Resultado abrangente total do exercício, Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais) - Table with columns: Eventos, Capital social, Legal, Investimento e capital de giro, A disposição da Assembleia, Lucros Acumulados, Patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Agroseta S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida 1º de maio, nº 1111, no Bairro das Rosas, em Estância Velha - RS, fundada em 13 de fevereiro de 1992, tem como atividade preponderante a exploração da agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acacicultura e a comercialização dos seus produtos. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2024. 3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depre-

ciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. e) Obrigações tributárias - Imposto de renda e contribuição social - correntes - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,00 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. Impostos diferidos - Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que o lucro tributável esteja disponível para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Companhia tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. g) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). h) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: Provisão para créditos de liquidação duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. Provisões para litígios - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as juris-

prudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda, contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias. 5. Caixa e equivalentes de caixa 2023 2022 Caixa e bancos 3.127 58.538 Aplicações financeiras - 48.125.399 Total 3.127 48.183.937 Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significativo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Inter-

8. Imobilizado: Composição 2023 2022 - Table with columns: Terrenos, Custo, Valor contábil líquido, Custo, Valor contábil líquido.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

9. Obrigações tributárias - Table with columns: Obrigações tributárias, 2023, 2022. Contribuição social, PIS/COFINS, IOF, INSS.

10. Provisão para litígios e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir: - Table with columns: Provisão pl contingências, 2022, Movimentação, 2023.

A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue: - Table with columns: Depósitos judiciais, 2023, 2022.

11. Patrimônio líquido: a) Capital social - O Capital Social de R\$43.434.946 está dividido em 75.897.660 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no país. b) Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: Reserva legal; constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76. c) Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir: - Table with columns: 2023, 2022.

12. Resultado financeiro Despesas financeiras - Table with columns: Despesas financeiras, 2023, 2022. Outras despesas financeiras, Total.

13. Outros resultados operacionais: - Table with columns: Outros resultados operacionais, 2023, 2022. Alienação de bem do ativo imobilizado, Outras receitas operacionais, Total.

14. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferido - Table with columns: Ativos fiscais diferidos, Provisão contingências, Prejuízo fiscal e base negativa, Total 34%, Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva. b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue: - Table with columns: 31/12/2023, 31/12/2022.

15. Eventos Subsequentes: A Companhia recebeu R\$ 31.637.064 em 2024 referente a liquidação parcial de dívida de mútuos. A Mita Ltda pagou R\$ 22.000.000 em fevereiro de 2024 e a Seta S/A - Extrativa Tanino de Acácia pagou o valor total de R\$ 9.637.064, sendo R\$ 4.577.064 em janeiro de 2024 e R\$ 5.060.000 em fevereiro de 2024. - Table with columns: 2023, 2022.

Diretoria - Table with columns: Roberto Luz - Diretor Presidente, Carmen Adriane Schmitz Weiss - Diretora, Lurdes Teresinha Rambo Santarini - Diretora, Viviana A. M. Schröder - Contadora CRC/RS 84.450.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Agroseta S.A. Estância Velha - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Agroseta S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional

e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 20 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Contadora CRC RS-069287/O-5

Continuação... conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Porto Alegre, RS, 30 de janeiro de 2024.

Marcelo Edgar de Vargas Gais - Contador – CRCRS nº 51.308 O-7 • **Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S** - CRCRS nº 006706/O - CVM 12.360 - CNAIPJ 000023

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



SETA S/A - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA

CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 433 0000 2730

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A SETA é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela empresa Setapar S.A. e sua atividade gira em torno da extração de tanino vegetal de acácia negra, oferecendo soluções de natureza para os clientes, tais como produtos para tratamento de águas e efluentes, para a nutrição animal e para o curtimento de couros. O ano de 2023 foi desafiador por apresentar um cenário de aumento significativo nos custos da matéria prima, consequência de uma redução na oferta, o que impactou no resultado apesar do aumento na Receita Líquida no período. Alçada a questão do aumento de custos, a economia mundial e o cenário político interno continuaram impactando os processos da companhia, diante dos efeitos de novas exigências legais e tributárias. A demanda por novas certificações para atender o mercado internacional, também contribuiu para o aumento dos custos internos. A empresa continua investindo no fomento da acacicultura para garantir a oferta para os próximos ciclos, fornecendo mudas e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de Prefeituras. Além disso, a empresa oferece assistência técnica gratuita aos produtores e disponibiliza equipe própria especializada para aqueles que demandarem. A empresa direciona esforços na pesquisa e desenvolvimento de novos usos e aplicações para o tanino, buscando atender cada vez melhor os atuais mercados assim como conquistar novos nichos. Nos processos e nas operações internas, a administração segue priorizando a segurança e a vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno, mas sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos mais de 170 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 20 de março de 2024. A Administração.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais). Includes Circulante, Não circulante, and Total do ativo.

Demonstração do resultado. Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais). Includes Receita líquida, Custo dos produtos vendidos, Despesas com vendas, and Despesas gerais e administrativas.

Demonstração do resultado abrangente. Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais). Includes (Prejuízo)/lucro líquido do exercício and Resultado abrangente total do exercício.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto. Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais).

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais).

Reserva de lucros table with columns for Capital social, Lucros a realizar, Investimentos e capital de giro, A disposição da assembleia, Reserva de reavaliação, Lucros/Prejuízos acumulados, and Total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais).

1. Informações sobre a Companhia: A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes e produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais. 2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia possui participação nas Empresas relacionadas abaixo: Razão social, País, Relação, Participação.

2.2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

4. Lucros e equivalentes de caixa: Os lucros e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

5. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia possui demonstrações financeiras com base na avaliação do balanço, sendo o principal R\$ 1.762.726 e a atualização monetária da Selic de R\$ 509.939.

6. Clientes: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significativo risco de mudança de valor.

7. Impostos a recuperar: ICMS, ICMS s/ativo imobilizado, IPI, PIS/COFINS, IRPJ e CSLL a recuperar, Outros Impostos.

Participações em controladas. Includes Agroseta S.A., Curtidora Aquila S.A., and various financial metrics like Valor Contábil and Depreciação.

Imóveis e obras civis, Equip. e instalações industriais, Equip. e instalações de escritório, Equip. processamento de dados, Veículos, Imobilizações em andamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)																			
11.2. Movimentação do imobilizado																			
	2022			2023			2022			2023									
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas							
Imóveis e obras civis.....	12.564.987	186.364	(761.814)	12.989.537	14.612.724	(482.471)	14.612.724	-	(381)	14.070.268	(542.075)	14.070.268							
Equipamentos e instalações industriais.....	21.026.805	920.454	(25.069)	21.921.290	22.075.266	(2.627.834)	22.075.266	678.009	(68.726)	20.068.219	(2.778.138)	20.068.219							
Equipamentos e instalações de escritório.....	439.000	36.326	-	475.326	395.431	(79.895)	395.431	44.215	-	364.861	(74.785)	364.861							
Equipamento de processamento de dados.....	612.381	363.190	(1.700)	1.275.671	791.817	(182.054)	791.817	350.317	(7.920)	863.703	(270.511)	863.703							
Veículos.....	439.582	-	-	439.582	321.266	(118.316)	321.266	-	-	217.002	(104.264)	217.002							
Imobilizações em andamento.....	3.736.562	2.261.745	-	6.000.307	111.739	(5.886.568)	111.739	50.069	-	(161.808)	-	-							
Total.....	38.819.317	3.768.079	(788.583)	41.798.813	38.308.243	(3.490.570)	38.308.243	1.122.610	(77.027)	(3.769.773)	(3.769.773)	35.584.053							
<p>Em 2023 a companhia transferiu de imobilizado em andamento para equipamentos e instalações industriais o valor de R\$161.808 referente a melhorias no seu parque fabril. A Empresa revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:</p> <table border="1"> <tr> <td>Imóveis e obras civis.....</td> <td>4% ao ano</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos e instalações industriais.....</td> <td>10% ao ano</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos e instalações de escritório.....</td> <td>10% ao ano</td> </tr> <tr> <td>Veículos.....</td> <td>20% ao ano</td> </tr> </table>												Imóveis e obras civis.....	4% ao ano	Equipamentos e instalações industriais.....	10% ao ano	Equipamentos e instalações de escritório.....	10% ao ano	Veículos.....	20% ao ano
Imóveis e obras civis.....	4% ao ano																		
Equipamentos e instalações industriais.....	10% ao ano																		
Equipamentos e instalações de escritório.....	10% ao ano																		
Veículos.....	20% ao ano																		
12. Ativo Biológico																			
	2022			2023			2022			2023									
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas							
Arrendamento rural.....	-	236.538	-	236.538	234.577	-	234.577	-	-	471.115	-	-							
Florestas.....	6.898.559	2.347.248	(1.139.400)	8.106.407	2.842.746	(2.346.180)	8.602.973	8.602.973	-	8.602.973	-	-							
Total.....	6.898.559	2.583.786	(1.139.400)	8.342.945	3.077.323	(2.346.180)	9.074.088	9.074.088	-	9.074.088	-	-							
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "impairment".</p>																			
13. Intangível																			
	2023			2022			2022			2023									
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas							
Depósitos Judiciais.....	63.179	-	-	63.179	-	-	63.179	-	-	63.179	-	-							
Depósitos Cíveis.....	108.146	-	-	108.146	-	-	108.146	-	-	108.146	-	-							
Depósitos Trabalhistas.....	15.819	(15.819)	-	-	17.440	-	(79.185)	220.249	-	220.249	-	-							
Total.....	187.144	231.800	(15.819)	345.173	17.440	(79.185)	283.428	283.428	-	283.428	-	-							
<p>A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.</p>																			
14. Fornecedores:																			
Composição dos Saldos:																			
Fornecedores nacionais.....	2.388.039	1.750.898	-	4.138.937	-	-	4.138.937	-	-	4.138.937	-	-							
Total.....	2.388.039	1.750.898	-	4.138.937	-	-	4.138.937	-	-	4.138.937	-	-							
Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.																			
15. Obrigações tributárias:																			
	2023			2022			2023			2022									
Imposto de renda.....	-	-	571.580	-	-	571.580	-	-	-	-	-	571.580							
Contribuição social.....	-	-	220.498	-	-	220.498	-	-	-	-	-	220.498							
ICMS.....	2.925	-	70.467	2.925	-	70.467	2.925	-	70.467	2.925	-	70.467							
ISSQN.....	3.608	-	6.191	3.608	-	6.191	3.608	-	6.191	3.608	-	6.191							
IRRF Retido.....	475.953	-	414.168	475.953	-	414.168	475.953	-	414.168	475.953	-	414.168							
PIS/COFINS/CSLL Retido.....	11.427	-	8.353	11.427	-	8.353	11.427	-	8.353	11.427	-	8.353							
INSS.....	302.894	-	317.332	302.894	-	317.332	302.894	-	317.332	302.894	-	317.332							
FGTS.....	135.211	-	128.642	135.211	-	128.642	135.211	-	128.642	135.211	-	128.642							
Total.....	932.018	-	1.737.231	932.018	-	1.737.231	932.018	-	1.737.231	932.018	-	1.737.231							
16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingências, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:																			
Provisão para contingências.....	2022	Adições	2023	2022	Adições	2023	2022	Adições	2023	2022	Adições	2023							
Cíveis.....	5.477.163	3.129.039	8.606.202	5.477.163	3.129.039	8.606.202	5.477.163	3.129.039	8.606.202	5.477.163	3.129.039	8.606.202							
Trabalhistas.....	848.971	(230.109)	618.862	848.971	(230.109)	618.862	848.971	(230.109)	618.862	848.971	(230.109)	618.862							
Total.....	6.326.134	2.898.930	9.225.064	6.326.134	2.898.930	9.225.064	6.326.134	2.898.930	9.225.064	6.326.134	2.898.930	9.225.064							
O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atenda às vendas de tanino. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização																			
obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.																			
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.																			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre de-																			
tecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe in-																			
certeza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																			
Porto Alegre, 20 de março de 2024.																			
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Raquel Laguna Zambelli Cerqueira Contadora CRC RS-069287/0-5																			

Diretoria			
Roberto Luz - Diretor Presidente	Carmen Adriane Schmitz Weiss - Diretora	Lurdes Teresinha Rambo Santarini - Diretora	Viviana A. M. Schröder - Contadora CRC/RS 84.450
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
<p>Obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre de-</p>			
<p>certeza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>			

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC